



Oito anos em defesa dos aposentados e das pensionistas

Em meio a um conturbado momento político, em que as reivindicações dos servidores públicos federais são relegadas a um segundo plano, a APSEF chega ao seu oitavo aniversário. Editorial. Pág.2



Histórias de Servidor Público

Nossos associados continuam enviando suas contribuições. Veja os relatos de Eurico de Oliveira (SP) e José Warmuth Teixeira (SC)
Pág. 7



Prêmio Poesia APSEF 2005. Inscrições abertas. Participe.

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Poesia APSEF 2005. Os participantes podem enviar seus trabalhos até o dia 31/08/2005. A premiação do primeiro colocado será de R\$ 1,500,00. **Pág.8**



Foto: Agência Senado

Senado aprova a PEC Paralela

PEC Paralela garante paridade dos futuros aposentados e beneficia os portadores de doença incapacitante.
Pág. 2.

EDITORIAL

OITO ANOS DE APSEF

Neste segundo trimestre do ano, Brasília foi tomada por um clima estranho, pesado, ainda não totalmente compreendido. O Governo do PT vive a sua maior crise, acuado – para não dizer encurralado – por denúncias de compra de deputados, de malas recheadas de dinheiro que viajam em jatos particulares e de esquemas de corrupção nas estatais. Um diretor é flagrado recebendo R\$ 3 mil. O Ministro Chefe da Casa Civil cai. O presidente do PTB é o seu algoz.

Em meio à turbulência, servidores públicos federais entram em greve no início de junho e o governo ameaça com o corte do ponto. Enquanto isso, esposas de militares permanecem acampadas em plena Esplanada dos Ministérios, reivindicando um reajuste de 23% para os maridos. O cenário, entretanto, parece pouco favorável para qualquer conquista.

O governo que concedeu 1% de reajuste em 2003, 0% no ano seguinte e 0,1% em 2005 está muito envolvido com sua defesa – e sobrevivência – política para dar atenção aos servidores, ou às mulheres dos militares. O Ministério do Planejamento, por meio de seu Secretário de Recursos Humanos propõe uma agenda de negociações para 2005, no contexto da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Negociações sim, desde que não impliquem em impacto orçamentário no presente exercício, deixam bem claro. Assim, negociar para quê, é o que todos devem indagar.

O fato é que o partido que esteve alinhado com os servidores públicos ao longo de 22 anos de existência, decepciona durante os três anos em que está alojado no Palácio do Planalto. E nada aponta para uma mudança de rumo até o término de seu mandato. Afinal, o superávit primário é o que importa.

Por outro lado, junho marca para nós da APSEF, mais um ano de existência. Alcançamos oito anos de luta em prol de nossos associados. Seja pelas vias administrativas, por meio do diálogo com os dirigentes de recursos humanos, ou buscando o amparo do Poder Judiciário, jamais deixamos de defender os aposentados e as pensionistas que acreditaram e continuam acreditando no trabalho de nossa Associação.



Com o auxílio e a compreensão de todos os nossos associados continuaremos crescendo e concretizando o sonho de uma entidade forte, respeitada e que seja orgulho de todos aqueles que um dia depositaram suas esperanças ao assinar uma simples ficha de filiação.

A APSEF não existe sem a colaboração e participação de seus filiados. Seus ideais não fazem sentido se não estiverem alinhados aos interesses da comunidade que representa. No mês de seu aniversário, a Diretoria Executiva da APSEF quer dividir a alegria por mais um ano de existência com todos os seus associados, conclamando-os para outros oito anos de conquistas



O Informe APSEF é uma publicação da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal, editada sob a responsabilidade de sua Diretoria. Permite-se a reprodução e citação, desde que citada a fonte.

APSEF - SCN - Quadra 06 - Bloco A - Sala 1103 - Ed. Venâncio 3000
CEP 70718-900 - Brasília/DF - Tel. (61)328-8961 - Fax (61) 328-8959
<http://www.apsef.org.br>
e-mail: apsefap@hotmail.com

Tiragem desta Edição: 6.000 exemplares

Diretoria Executiva:

Presidente:

Maria Cecília S. S. Landim

Vice-Presidente de Administração, Finanças e Patrimônio:

Margarida Maria G. Pereira

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos:

Dirce Barbosa dos Santos

Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais:

Maria Eduvirgem Simas Pereira

Vice-Presidente Sócio-cultural:

Tania Maria Teixeira

Jornalista Responsável:

Edson Kazushigue Teramatsu - Reg. DF3684JP

PEC Paralela é aprovada em dois turnos no Senado

O Plenário do Senado aprovou no último dia 30/06, em dois turnos, a chamada PEC Paralela da Previdência (PEC 77A/03), que restabelece benefícios dos aposentados, suprimidos por ocasião da Emenda Constitucional 41, de dezembro de 2003. A sessão de promulgação, conjunta do Congresso Nacional, estava prevista para o dia 05/07.

Destaque para a garantia de paridade salarial dos futuros aposentados que, dessa forma, terão assegurados reajustes iguais aos que vierem a ser concedidos aos servidores em atividade. A chamada paridade plena beneficiará todos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/2003, data da publicação da EC 41/2003, preencherem todas as exigências para aposentadoria integral. Ou seja, estende a paridade plena do art. 7º da EC 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º da própria Emenda.

O texto aprovado estabelece ainda uma nova regra de transição geral para os servidores da admitidos até 16 de dezembro de 1998 e que poderão se aposentar com proventos integrais em idade mínima resultante da redução de um ano para cada ano que exceder os 35 anos normalmente exigidos de contribuição, para homens, ou

30, para as mulheres. Para isto, deverão ter 25 anos de exercício no serviço público, 15 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria. Trata-se da chamada regra 95 para os homens ou 85 para mulheres, que pode ser conferida a partir da somatória da idade com o tempo de contribuição

Foto: Agência Senado



Senadores comemoram a aprovação da PEC Paralela

de acordo com cada gênero. Exemplos: 59/36, 58/37 ou 60/35, para homens; 55/30, 54/31 ou 53/32, para mulheres.

Outras modificações que serão introduzidas a partir da promulgação da PEC Paralela:

Paridade das pensões – Estabelece a aplicação da regra de paridade plena, constante do art. 7º da EC 41/2003, às revisões de pensões originárias de proventos de instituidores cujas aposentadorias tenham sido concedidas com base na regra de

transição geral, também definidas na PEC.

Isenção de contribuição de inativos e pensionistas – Beneficia aposentados ou pensionista portadores de doença incapacitante, nos termos de lei, A isenção de contribuição para a previdência alcança até o dobro do teto do INSS, o equivalente hoje a R\$ 5.336,30.

Teto nacional - O teto nacional de remuneração e proventos no serviço público, que exclui apenas as parcelas indenizatórias previstas em lei, será equivalente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente, em valores de dezembro de 2004, a R\$ 19.170,00.

Aposentadorias Especiais - Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Vigência da PEC Paralela - Estabelece que os efeitos da PEC Paralela, cuja vigência se inicia com a publicação do texto promulgado, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003.

Associado

Seu endereço mudou ?

O valor da mensalidade não está sendo descontado ?

Informe a APSEF !

Manter seus dados corretos é bom para você.

E fundamental para nós.



Veja o atual estágio das ações judiciais da APSEF

1. Processo nº 1999.01.00.092603-6

Matéria: Incorporação e suspensão do adiantamento pecuniária relativo à implantação do PCCS

Processo em tramitação na 2ª Turma do Tribunal Regional da 1ª Região

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Situação Atual: Em primeira instância, o juiz proferiu sentença parcialmente procedente à ação da APSEF e, contra essa sentença, o INSS interpôs apelação. Hoje o processo aguarda o julgamento da apelação.

2. Processo nº 1998.01.00.095680-6

Matéria: Incorporação e suspensão do adiantamento pecuniária relativo à implantação do PCCS

Processo em tramitação na 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Relator: Juiz Federal Carlos Moreira Alves

Situação Atual: A APSEF apelou da sentença parcialmente procedente, proferida pelo juiz de primeira instância. Contudo, o Tribunal Regional Federal negou provimento à apelação. Em seguida, a APSEF interpôs embargos de declaração, que foram rejeitados pelo Tribunal Regional Federal em julgamento recente.

3. Processo nº 2001.34.00.002294-0

Matéria: Correção monetária de FGTS dos ex-servidores celetistas

Processo em tramitação na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Relator: Desembargador Federal Fagundes de Deus

Situação Atual: O juiz da 5ª vara federal julgou o pedido da APSEF procedente. Contudo, a Caixa Econômica Federal apelou e hoje o processo aguarda inclusão do processo em pauta de julgamento.

4. Processo nº 2001.34.00.007554-6

Matéria: Percepção da GDAJ

Processo em tramitação na 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da

1ª Região

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva*

Situação Atual: O Juiz de 1º grau proferiu decisão que limitou o número de

beneficiários da petição inicial e, contra essa decisão, a APSEF

interpôs agravo de instrumento. Contudo esse recurso ainda não foi

julgado pelo Tribunal Regional Federal.

Posteriormente, o juiz de 1ª instância julgou procedente o pedido da

APSEF. Entretanto, a União, bem como a APSEF apelaram dessa sentença.

Hoje o processo aguarda o julgamento do agravo – que objetiva invalidar a limitação do número de beneficiários da ação - e das apelações.

5. Processo nº 2001.34.00.07652-1

Matéria: GADF. Critérios de cálculo da retribuição.

Processo em tramitação na 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Relator: Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

Situação Atual: Contra a sentença parcialmente procedente, proferida pelo juiz de primeira instância, tanto a União como a APSEF a União interpuseram recurso de apelação. Atualmente, o processo aguarda o julgamento das apelações.

6. Processo nº 2001.34.00.022140-8

Matéria: Direito à percepção da GADF

Processo em tramitação na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

Juiz Federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira

Situação Atual: A ação ajuizada pediu a antecipação dos efeitos da tutela, todavia tal pedido foi negado pelo Juiz. Após a publicação da decisão a União apresentou sua contestação e, em seguida, a APSEF sua réplica. Atualmente o processo está no gabinete Juiz para proferir sentença.

7. Processo nº 2002.34.00.001185-8

Matéria: Manutenção da decisão nº 481/97.

Processo em tramitação na 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Relator: Desembargador Federal José Almicar Machado

Situação Atual: A sentença foi desfavorável à APSEF, o que ensejou a interposição de apelação. Hoje o processo aguarda inclusão na pauta de julgamento.

8. Processo nº 2002.34.00.023951-0

Matéria: GDATA

Processo em tramitação na 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Relator: Desembargador Federal José Almicar Machado

Situação Atual: A sentença proferida acolheu em parte o pedido da APSEF. Em seguida, a Autora interpôs apelação, que hoje aguarda julgamento.

9. Processo nº 2002.34.00.028441-2

Matéria: GDATA

Processo em tramitação na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

Situação Atual: O Juiz de 1º grau proferiu decisão determinando a indicação o efetivo valor da causa, posteriormente agravada pela APSEF. Em razão da interposição de recurso contra a decisão, o juiz determinou a suspensão do processo até que o Tribunal Regional Federal julgasse o agravo.

Recentemente, o Tribunal Regional Federal negou provimento ao agravo interposto. E, com o julgamento desse recurso, em breve a movimentação processual será restaurada.

10. Processo nº 2002.34.00.036686-2

Matéria: VPNI

Processo em tramitação na 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Relator: Juiz Federal Carlos Moreira Alves

(cont.)

Situação Atual: O juiz acolheu integralmente o pedido da APSEF. A União, por sua vez, interpôs apelação contra essa sentença e o processo foi recentemente remetido ao Tribunal Regional Federal.

11. Processo nº 2002.34.00.036687-6

Matéria: VPNI

Processo em tramitação na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

Situação Atual: O juiz indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Após a publicação da decisão a União apresentou sua contestação e, em seguida, a APSEF sua réplica. Atualmente o processo está no gabinete Juiz aguardando julgamento.

12. Processo nº 2002.34.00.038035-6

Matéria: Extensão do reajuste das remunerações dos DAS 1, 2, 3 aos servidores agregados

Em tramitação na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Situação Atual: A sentença acolheu parcialmente o pedido da ação. Posteriormente, a APSEF interpôs recurso de apelação e atualmente, para que o processo seja remetido ao Tribunal Regional Federal, aguarda-se o decurso do prazo para o INSS apresentar suas contra-razões.

13. Processo nº 2002.34.00.038036-0

Matéria: Não extensão do reajuste das remunerações dos DAS 1, 2, 3 aos servidores agregados

Em tramitação na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Situação Atual: Foi indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela feito pela APSEF. Após a publicação da decisão a União

apresentou sua contestação e, em seguida, a APSEF apresentou sua réplica. Atualmente, o processo está no gabinete Juiz, pronto para ser sentenciado.

14. Processo nº 2002.34.00.040910-0

Matéria: GDATA

Em tramitação na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Situação Atual: O processo ainda andou pouco. O pedido de antecipação dos efeitos da tutela, feito pela APSEF, foi indeferido pelo juiz. Posteriormente a União apresentou sua contestação e, em seguida, a APSEF ofereceu sua réplica.

15. Processo nº 2002.34.00.037060-5

Matéria: VPNI – Reajuste de parcela de cargo em comissão incorporada.

Situação Atual: Em virtude de seguidas decisões que atrapalhariam o trâmite do processo, a APSEF pediu desistência do feito e, em seguida, ajuizou nova ação com o mesmo objeto e com a mesma lista de beneficiários. A desistência da ação não implicou em nenhum ônus financeiro. O número da nova ação é 2004.34.00.042462-1.

16. Processo nº 2004.34.00.042462-1

Matéria: VPNI – Reajuste de parcela de cargo em comissão incorporada.

Em tramitação na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

Situação Atual: O processo ainda é muito recente. A única novidade é o indeferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela feito pela APSEF.

Retocando a Linguagem**Pronomes demonstrativos**

A frequência com que ainda se deparam erros no emprego dos demonstrativos ESTE e ESSE induziu-me a uma extravagante experiência: escrever um artigo sobre o assunto para o jornal “O Fiscal”, agora também reproduzido no Informe APSEF.

Não incluo nestas considerações o demonstrativo AQUELE, por não apresentar ele maiores dificuldades em seu correto emprego.

“ESTE” refere-se, sempre, à pessoa, ou coisa, que está próxima de quem fala, bem como o lugar onde se está, onde mora etc.

“ESSE” designa a pessoa, ou a coisa, afastada de quem fala, mas próxima daquela com quem se fala, ou a quem se dirige, à distância, por qualquer meio de comunicação.

Numa oração, usa-se “ESSE” para referir-se a um termo já enunciado; “ESTE” para referir-se ao mais próximo, e “AQUELES” para o mais afastado.

Por analogia, aplicam-se essas normas aos demonstrativos isto, isso, aquilo e nas contrações (deste, neste, desse, nesse, nisto, nisso, disso, disto, daquilo etc.).

Muito se erra, também, no uso das expressões “há tempo” e “a tempo”.

Antes de mais nada, deve-se apurar quando existe o verbo “haver”, ou a preposição “a”.

As gramáticas ensinam que se grava “há” sempre que possível a sua substituição por “faz”, e “a” quando substituível por “com” ou “em”. Aqui, no primeiro caso, verbo, e no segundo, preposição.

Diz-se que os exemplos falam mais que as palavras: vamos, pois, a eles.

Na locução “a encomenda chegou há tempo”, pode substituir o “há”, por “faz”, sem alterar-lhe o sentido.

Nesta outra frase – “a polícia chegou a tempo de prender os bandidos” (afirmação pouco verdadeira na prática, mas correta, na linguagem) – a expressão pode-se permutar o “a” por “com” ou “em”, sem prejuízo do significado.

Volto, para um ligeiro adendo, à questão do emprego dos demonstrativos, por me ter lembrado de um aviso afixado no interior de um ônibus. O aviso estava assim redigido: PERIGO – Não atravesse na frente desse ônibus. O correto seria “deste” ônibus.

(“Retocando a Linguagem” é uma contribuição do associado Félix Rabelo, Auditor Fiscal do INSS/MG)


<http://www.maisde50.com.br>

O site para maduros de qualquer idade

Ouvir bem

Os problemas surgem devagar e poucas pessoas dão a devida atenção, mas afinar a audição é fundamental para o bom desempenho profissional

Por Maria da Luz Miranda

Bom desempenho, motivação, criatividade, competência. A lista de atributos do bom profissional fica cada vez mais extensa. Mas quem está passando dos 40 e está na ativa, além de provar que dá conta do recado, precisa dar atenção especial aos sentidos. Em particular a audição. É na fase mais produtiva que os problemas começam. Seja por desgaste natural do ouvido ou por exposição a ruídos acima dos limites aceitáveis no ambiente de trabalho.

Se a visão passa a dar sinais de cansaço por volta dos 40 anos, o ouvido dá o alerta mais cedo: as perdas auditivas ocorrem a partir dos 35 anos. Daí, até os 54 anos, a perda média é de 4% da capacidade de audição. Até os 64 anos, o nível de perda é de 15%. Nas pessoas com mais de 75 anos o número sobe para 39%.

Além das perdas naturais, existem as profissões de risco. Aquelas em que o trabalhador é exposto ao que os médicos chamam de trauma acústico, que são as lesões produzidas no ouvido interno pela ação da energia sonora. Essas lesões podem ocorrer em explosões, exposição frequente a ruídos de alta intensidade. O trauma acústico pode ocasionar a surdez profissional.

O engenheiro eletricista aposentado Wilson Sacramento, 69 anos, trabalhou por 20 anos numa usina termoeletrica, na qual vivia uma rotina nada silenciosa. “Era um local que, em vários pontos havia níveis de ruído acima de 110 decibéis. A companhia fornecia o protetor auricular, mas devido às emergências, nem sempre eu tinha tempo de colocar o aparelho. E esses locais fizeram com que eu

fosse tendo uma perda auditiva. Só vim notar nos últimos anos da minha permanência na companhia”, relata.

O processo, de fato, é lento. Leva tempo até a pessoa perceber que não ouve como antes. “Depois que eu saí, aos 55 anos, decidi fazer um exame mais apurado. Descobri que meu ouvido direito havia sido afetado e que perdi 25% da audição. Encomendei, por conselho médico, o aparelho auditivo”, conta Wilson.

O engenheiro faz parte de uma batalhão de estimados 15 milhões de brasileiros com alguma dificuldade de audição. E também no privilegiado grupo 311 mil que utilizam aparelhos auditivos.

Na opinião do presidente do Centro Auditivo Telex, Elisio de Melo, “As empresas devem criar planos de benefícios, promover palestras educativas, consultas a otorrinos e motivar a realização de exames periódicos. Só assim esse quadro tenderá a uma mudança”.

Enquanto essas medidas não chegam a um número maior de profissionais, fazer a avaliação médica é um bom passo inicial. “O exame da audição, audiometria, permite determinar o grau e o tipo da perda auditiva. Com base nesses dados e no resultado do exame otorrinolaringológico, o médico determina o tratamento mais indicado. Se será clínico, cirúrgico ou de reabilitação”, diz a fonoaudióloga Teresa Bilton, professora do Curso de Fonoaudiologia da PUC/SP, que trabalha na Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação Derdic. “Uma vez que a dificuldade comece a dar sinais, é preciso detectar e agir para amenizar o problema o quanto antes” sentencia.

Vida simples

De tanto ouvir queixas dos pacientes, médica criou cinco preceitos para facilitar a vida e amenizar angústias

Por Rodrigo Amorim

A vida moderna é marcada por extremos. Sobram tarefas em casa e no trabalho, falta tempo para atividades mais prazerosas. Para os profissionais que lidam com pessoas em situação de estresse, prestes a dar um basta ao chefe, à pessoa com quem divide o colchão, ou aos filhos, o melhor conselho que podem dar é: simplifiquem a rotina.

Segundo a médica Solange Menta, do Rio de Janeiro, acostumada às queixas dos pacientes, boa parte dos problemas seria solucionada se eles seguissem algumas regras básicas e necessárias nos dias atuais. Tais como: definir prioridades, organizar melhor o tempo, cuidar do corpo, tratarem suas angústias e buscar a paz interna.

E o grau de dificuldade para chegar lá? O primeiro passo, portanto, é esquecer o dilema e conscientizar-se da mudança. “A mulher, em especial, sofre para corresponder às expectativas de ser boa mãe, esposa e profissional. Antes de assumir novos compromissos, pergunte-se: vou conseguir realizar essa tarefa com excelência ou isso só vai me gerar mais estresse?”, questiona Solange.

A pergunta é pertinente. Para a médica, quem reclama de falta de tempo, bem que poderia prestar um pouco mais de atenção ao modo como ele é gasto. “É essencial que saibamos combinar as quatro áreas da nossa vida: profissional e física, emocional e familiar”, alerta.

Cuidado e atenção redobrada com o corpo. “Quem quiser agüentar o *tranco* precisa se alimentar direito e praticar atividades físicas”, prega a médica. Mas sem esquecer que a alma também tem seus males. “Para resolver as angústias que nos inquietam, o ideal é buscar um ponto de equilíbrio. Se precisar entrar em discussões, faça-o com a cabeça fria, depois de a poeira baixar. O objetivo, nesse caso, não é ter razão, mas resolver o dilema e conquistar mais harmonia em todas as relações”.

Quem consegue passar desse estágio já tem boa parte do caminho andado rumo à tão sonhada paz interior. “Para isso, vale aplicar seus talentos em um trabalho voluntário, buscar mais contato com a natureza e apostar em atividades relaxantes, como ioga ou dança. Andar descalço, meditar”, aconselha. Fácil não é, mas, com perseverança, é possível chegar lá, garante a médica Solange Menta.

saúde, sexualidade, encontros, viagens, estética, entretenimento, relacionamentos, histórias de vida, conversa com especialistas, fórum de discussão, salas de bate-papo, novas amizades...

Acesse o www.maisde50.com.br e faça parte do CLUBE MAISDE50



Espaço do Associado - Histórias de Servidor Público

O resgate da Claudete

Por Eurico de Oliveira(*)

Fui servidor da Previdência Social, Agência de Bauru/SP. Aposentei-me em abril de 97. Neste mesmo ano, associei-me à APSEF e já faturei um primeiro prêmio em concurso, na modalidade pintura, no ano de 2001. Agora, vamos de história de pescador, digo, de servidor.

A citada agência ficava bem na confluência de duas ruas sem saída para o trânsito e também para as enxurradas que se acumulavam no aterro da linha férrea, sob o Viaduto JK, o qual era transformado em estacionamento pelos funcionários que tinham de ficar sempre alerta para o problema das enchentes que ali aconteciam freqüentemente.

Certo dia, os bigilantes do prédio avisaram em todos os andares sobre uma forte chuva que se avizinhava e certamente haveria nova enxurrada, e das grandes, Eu corri e retirei dali o meu carro e também avisei a quantos pude sobre o que estava por acontecer. Mas, apesar de todos os avisos, muitos tiveram seus carros alcançados pelo aguaceiro.

Os carros faziam voltas e mais voltas dentro do redemoinho que se formou e ainda trombavam entre si. Um deles era o carro da nossa colega, um fusquinha ano 59, se não me engano.

Claudete Pessuto Mercadante, assim ela se chama, correu para tirar também o seu carro de lá, mas já era tarde e o aguaceiro o pegou com ela dentro levando-a para o meio daquela ciranda de carros que viravam, viravam e viravam.

Não seria fácil tira-la daquela situação, pois quem tentasse poderia ser colhido por um daqueles veículos e ainda tinha a boca-de-lobo que não vencia a enxurrada, mas era capaz de sugar qualquer pessoa que dela se aproximasse. Mas alguma coisa tinha de ser feita.

Sem deixar para mais tarde o que tinha de ser feito sem demora, eu saltei por sobre alguns muros vizinhos, ganhando a linha dos trens e pelos eu aterro segurei o carro da Claudete pela maçaneta, pedi que ela abrisse somente o seu vidro, por onde a agarrei pelos colarinhos da sua capa de napa, puxando-a para um lugar seguro e logo em seguida o seu carro mergulhou naquele lamaçal. Naquele mesmo dia ganhei dela um grande beijo e um forte abraço.

Outro dia desses encontrei a Claudete na fila do Banco do Brasil, quando ela recordou e contou para todos os presentes ali sobre suas recordações daquele dia e novamente ganhei dela um grande beijo e um forte abraço.

Hoje a Claudete não se encontra mais em tão boa forma como naqueles tempos do primeiro beijo e abraço, pois agora ela usa óculos com lente grossa, usa bengala e está com seus cabelos branquinhos, branquinhos. Não faz mal, eu também estou ficando velho.

(*) **Eurico de Oliveira** é Agente Administrativo aposentado do Ministério da Saúde. Reside até hoje em Bauru/SP.

Os peixes voadores da Pedra do Frade

Por José Warmuth Teixeira(*)

Eduardo é um colega boliviano, há muitos anos radicado em Tubarão. Arquétipo físico dos povos andinos, em chegando à Estação da Luz, em São Paulo, com três amigos, após exaustiva viagem pela ferrovia da morte, receberam as “boas vindas” a moda brasileira. Na saída da gare, um deles, colocando a pesada mala entre as pernas, olhava o burburinho em volta, em busca de um táxi. Quando se abaixou a procura da alça da mala, cadê a dita cuja? Já estava longe, nas mãos de algum gatuno oportunista.

Segundo Eduardo, o Lago Titicaca, cujas águas são compartilhadas entre o seu País e a nação Inca, está assim dividido: titi para *los bolivianos* e caca (cocô) para *“los peruanos”*. No Peru, a coisa é invertida, é claro.

Certa vez, curtindo a aposentadoria, combinamos fazer uma pescaria na Pedra do Frade, no extremos norte da praia do Gi, onde se poderia pescar brigadores marimbais chinelo.

Em lá chegando, fomos logo lançando nossas linhas ao mar, sentados sobre as pedras aquecidas pelo sol, inalando o suave perfume exalado pelas ondas. Após uma hora de pescaria, nada havíamos pegado. Comecei a pensar sobre como poderíamos provar em casa que de fato estivéramos pescando. Foi quando, ao olhar para o céu, para conferir a posição do sol, com grande assombro, enxerguei vários peixes flutuando no ar! Não havia peixes no mar, eles estavam no éter!

- Olha lá, Eduardo. Os peixes não estão na água, eles estão voando! Gritei, apontando para o firmamento. O meu companheiro, de tão abismado que ficou, ao olhar para cima acabou enfiando uma das pernas em uma fenda que havia entre as pedras, sofrendo diversas escoriações.

Levei algum tempo para entender a cena fantástica que presenciávamos.

Ocorre que no sul de Santa Catarina pratica-se uma pesca artesanal na qual um espinhel, que é uma linha de pesca com vários anzóis intervalados, é levado mar adentro por uma pandorga. Um sistema de bóias e de chumbadas, criteriosamente calculados, mantém o artefato em posição.

Naquele tarde, um deles havia sido lançado ao mar no molhe de entrada da barra do porto de Laguna, mas escapara das mãos do seu dono e, tangido pelo vento sul, dirigira-se a Ponta do Gi. A força do vento fizera com que o conjunto se elevasse, com muitos peixes fígados, e passasse em sobrevôo sobre nós.

Naquele dia, chegamos orgulhosos ao lar, exibindo o belo produto da nossa pescaria (aérea).

Para o Eduardo explicar a sua esposa como aconteceram aqueles machucados, não foi nada fácil.

(*) **José Warmuth Teixeira** é Médico aposentado do Ministério da Saúde. Reside em Tubarão/SC.



A Pedra do Frade - Laguna(SC)

Prêmio Poesia APSEF 2005

REGULAMENTO

1 - DA FINALIDADE

O Prêmio Poesia 2005, promovido pela Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal – APSEF tem por objetivo incentivar a expressão poética de seus associados.

2 - DOS REQUISITOS

Os trabalhos serão inscritos mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Somente poderão se inscrever os associados da APSEF; e
- b) Cada participante poderá apresentar até 2 (dois) trabalhos inéditos, sendo considerado trabalho inédito aquele que não tenha sido exposto ao conhecimento público através de qualquer meio.

3 - CONDIÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DAS POESIAS

Os textos, em estilo e tema livres, deverão ser apresentados em papel datilografado impresso, em espaço duplo e um máximo de 50 (cinquenta) linhas, em 4(quatro) vias para cada trabalho concorrente.

4 - DO PRAZO DE REMESSA DAS POESIAS

Os trabalhos deverão ser remetidos até o dia 31 de agosto de 2005, juntamente com a ficha de inscrição, para a APSEF no endereço de sua sede:
SCN- Quadra 06 – Edifício Venâncio 3000 – sala 1103 – Brasília – DF. CEP: 70.718-900

5 - DO JULGAMENTO

Os trabalhos serão submetidos à apreciação de uma Comissão Julgadora integrada por três profissionais com reconhecida notoriedade na área cultural.

6 - DA PREMIAÇÃO

- a) todos os concorrentes farão jus a certificados de participação;
- b) O 1º colocado receberá um prêmio de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais);
- c) O 2º colocado receberá um prêmio de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais);
- d) O 3º colocado receberá um prêmio de R\$800, 00 (oitocentos reais); e
- e) A premiação ocorrerá em data a ser oportunamente divulgada.

7 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a) no ato de inscrição, o participante estará autorizando a APSEF a divulgar e a promover o trabalho inscrito, sem qualquer ônus relativo a direitos autorais; e
- b) Caberá à presidente da APSEF a análise e o julgamento de casos omissos a este Regulamento.

Prêmio Poesia APSEF 2005 Ficha de Inscrição

Nome: _____

Endereço: _____

Município/UF: _____

CEP: _____ Telefone: _____

Título do Trabalho: _____

Autorizo a APSEF a divulgar e promover o trabalho apresentado sem a incidência de qualquer ônus relativo a direitos autorais, declarando ainda estar de acordo com os termos do regulamento do presente concurso.

Local e Data: _____

Assinatura: _____



**“O poeta é o destinado do sofrimento
Do sofrimento que lhe clareia a visão de beleza
E a sua alma é uma parcela do infinito distante
O infinito que ninguém sonda e ninguém compreende.”
Vinicius de Moraes**